



EXERCÍCIOS EM ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM.

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

BUENO, Beatriz

Professora Associada; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design – FAU-USP

beatrizbueno@usp.br

RESUMO

A linha de pesquisa em *Arqueologia da Paisagem*, registrada como grupo no Diretório do CNPq, sob nossa liderança e de Iris Kantor, envolve diversos pesquisadores geograficamente espalhados em todo o país. Os estudos têm como denominador comum a eleição de recortes espaciais e temporais mais alargados, em geral fugindo das circunscrições políticas nacionais e regionais, em busca de territorialidades sócio-políticas transfronteiriças, mais pertinentes às questões levantadas. Da escala macroterritorial à intraurbana, propõe desvelar paisagens pretéritas nas rugosidades do presente, pondo luz em agentes sociais e suas agências. Como amálgama de camadas desiguais de tempos, a paisagem é entendida como um precioso instrumento de investigação, permitindo rever as etapas do passado e alicerçar políticas públicas de preservação de paisagens culturais no presente. Os estudos ancoram-se em instrumentos da Arqueologia e associam investigação *in loco* (sempre que possível) à decifração minuciosa da cartografia e da iconografia antiga, cotejando-as à contemporânea, entrecruzando-as a outras fontes textuais e visuais, em busca de vestígios materiais, lógicas e modos de operar de outros tempos, dinâmicas de mobilidade e enraizamento, processos históricos de formação social e transformação do espaço, num trabalho que reconstitui e articula – quase sempre - passado e presente.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia da paisagem; geo-história; geografia retrospectiva; história da urbanização; século XVIII.

ABSTRACT

The line of research in Landscape Archaeology, registered as a group in the CNPq Directory under our leadership with Iris Kantor, involves several researchers geographically spread throughout the country. The studies have as a common denominator the choice of broader spatial and temporal cuts, generally escaping national and regional political circumscriptions, in search of cross-border socio-political territorialities that are more pertinent to the issues raised. From the macro-territorial to the intra-urban scale, it proposes to unveil past landscapes in the roughness of the present, shedding light on social agents and their agencies. As an amalgam of unequal layers of time, the landscape is seen as a precious research tool, allowing us to review the stages of the past and lay the foundations for public policies to preserve cultural landscapes in the present. The studies are anchored in archaeological tools and combine on-site research (whenever possible) with the detailed deciphering of ancient cartography and iconography, comparing them to contemporary ones, intertwining them with other textual and visual sources, in search of material traces, logics and ways of operating from other times, dynamics of mobility and rootedness, historical processes of social formation and transformation of space, in a work that reconstructs and articulates - almost always - past and present. To this end, it mobilises tools from the Digital Humanities.

KEY-WORDS: *landscape archaeology; geo history; retrospective geography; history of urbanisation; 18th century.*

RESUMEN

La línea de investigación en Arqueología del Paisaje, registrada como grupo en el Directorio del CNPq bajo nuestro liderazgo con Iris Kantor, involucra a varios investigadores repartidos geográficamente por todo el país. Los estudios tienen como denominador común la elección de cortes espaciales y temporales más amplios, generalmente escapando de las circunscripciones políticas nacionales y regionales, en busca de territorialidades sociopolíticas transfronterizas más pertinentes a las cuestiones planteadas. Desde la escala macroterritorial a la intraurbana, se propone desvelar paisajes pasados en las asperezas del presente, arrojando luz sobre los agentes sociales y sus agencias. Como amalgama de capas desiguales del tiempo, el paisaje se considera una valiosa herramienta de investigación, que permite revisar las etapas del pasado y sentar las bases de las políticas públicas de conservación de los paisajes culturales en el presente. Los estudios se anclan en herramientas arqueológicas y combinan la investigación in situ (siempre que es posible) con el desciframiento detallado de la cartografía y la iconografía antiguas, comparándolas con las contemporáneas, entrelazándolas con otras fuentes textuales y visuales, en busca de huellas materiales, lógicas y formas de operar de otros tiempos, dinámicas de movilidad y arraigo, procesos históricos de formación social y transformación del espacio, en un trabajo que reconstruye y articula -casi siempre- pasado y presente. Para ello, moviliza herramientas de las Humanidades Digitales.

PALABRAS CLAVE: *arqueología del paisaje; geohistoria; geografía retrospectiva; historia de la urbanización; siglo XVIII.*

Entrecruzado a outras fontes visuais e textuais dá a ver uma outra face do Brasil urbano e sobretudo paisagens plurais em termos fitofisionômicos, geomorfológicos e humanos. A pluralidade de agenciamentos humanos, modos de enraizamento e mobilidade num território de proporções continentais salta aos olhos quando alinhavadas as pesquisas com visão de

conjunto. No mapa sobressai a rede hidrográfica e de caminhos terrestres que articulavam o Brasil nas mais diversas direções, desmontando a tese do “vazio”, da invisibilidade dos múltiplos povos originários e de uma colonização arquipelágica.

Quando entrecruzamos a “*Nova Lusitânia*” [1798] com relatos de viajantes, roteiros de práticos e diários de governadores, salta aos olhos a urdidura densa de uma trama intermodal de conexões transfronteiriças entre as capitanias e, inclusive, entre as Américas Portuguesa e Castelhana.

Ao entrelaçar fontes textuais e visuais ao primeiro mapa do Brasil, é possível espacializar a vida cotidiana dos viajantes, a rede urbana, os meios de transporte, a infraestrutura viária, os modos de navegar e pousar, as economias, as populações e as conexões transfronteiriças. Os relatos revelam paisagens híbridas na Amazônia, nos “Sertões do Norte”, nos “Sertões de Mar a Mar” (Goiás), nos Campos do Sul, etc. Notam-se conexões platinas entre a Capitania de São Paulo e as Províncias castelhanas vizinhas.

Aqui apresentaremos exercícios que os alunos do nosso grupo de pesquisa em Arqueologia da Paisagem estão realizando na FAU-USP.

As pesquisas conectadas com visão de conjunto permitem também reposicionar o debate e analisar o papel dos povos ameríndios e afrodescendentes na configuração de territórios e territorialidades em perspectiva de longa duração.

A comunicação é assim um convite para viajar pelo mapa por meio de relatos e imagens de naturalistas estrangeiros, governadores, engenheiros e práticos, tentando pensar com os olhos e imaginar o desafio de viajar em geografias físicas e humanas complexas, heterogêneas, híbridas e transfronteiriças, revendo estereótipos e reposicionando o olhar para a alteridade.

Percorrendo o mapa, ao longo de rios e caminhos terrestres, explorando topônimos e paisagens toponímicas, a ideia é modelar a primeira carta do Brasil, dando-lhe vida. Como se verá, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, o colonialismo ibérico mobilizou-se no continente americano. Por meio da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792),

cotejada aos relatos da Expedição Científico-Demarcatória luso-espanhola coordenada por Chermont e Francisco Requena, é possível compreender uma Amazônia complexa do Peru ao Pará, ocupada por inúmeras ordens religiosas, com uma rede urbana tramada ao sabor dos rios e híbrida, profundamente dependente dos povos originários. Subindo o curso do Rio Tocantins, por meio dos desenhos de William John Burchell (1825-1827), é possível navegar de Cametá (PA) a Natividade (RO) e, por terra até Meia Ponte (Pirenópolis – GO), espécie de roldana macroterritorial porque entroncamento de múltiplos caminhos. Dali podia-se seguir por terra até Vila Boa (GO) e, mais longe, até Cuiabá e Vila Bela no Mato Grosso. Ou descer em direção a São Paulo (por terra e por rio), ao Rio de Janeiro (via Paracatu e Vila Rica em Minas Gerais). Assim fizeram os Governadores Barão de Mossâmedes e Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres, quando aqui chegaram para assumir suas respectivas capitanias. A façanha não parava por ali. De São Paulo, via Sorocaba (SP), era possível acessar o famoso Caminho do Viamão e os Campos do Sul, até a Colônia do Sacramento e dali às Serras de Córdoba, Tucumã, Salta e Potosí. A paisagem irrigada do sul da colônia tornava suas fronteiras políticas ineficientes e transitadas no cotidiano por uma gente híbrida e transfronteiriça por natureza.

Passa-se por uma rede de raras cidades e muitas vilas, capelas, freguesias, julgados, lugares, arraiais, registros, fazendas, passagens e pousos, urdida no cotidiano, de população mestiça, e imensa riqueza de enquadramentos paisagísticos. O conceito de biomas cai por terra quando lido a contrapelo por meio desses relatos sobrepostos à primeira “Carta Geral do Brasil”.

Em nossos estudos o espaço deixa de ser cenário ou palco, convertendo-se em dimensão interagente, fundamental para a compreensão das múltiplas e plurais formas de agenciamentos humanos.

Para além da rede oficializada pela Coroa Portuguesa, saltam assentamentos extraoficiais, como as redes de mocambos. Novas territorialidades emergem com riqueza de detalhes, convocando uma abordagem transdisciplinar, transtemporal e transfronteiriça para alicerçar Políticas de Preservação de Paisagens Culturais mais amplas, menos ortodoxas e mais inclusivas.

METODOLOGIA DE ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: ESTUDOS DE GEO-HISTÓRIA/GEOGRAFIA RETROSPECTIVA

A partir de uma perspectiva transdisciplinar, nossa metodologia alinha-se aos estudos de Geo-História ou Geografia Retrospectiva, de forte inspiração braudeliana, com foco na Cultura Material, em busca das estruturas da vida cotidiana em seus modos de operação, elegendo a paisagem e a cartografia como objetos de investigação, aqui entendidos como artefatos culturais e passíveis de escavação.

A hipótese apresentada na presente comunicação é que o Brasil era menos “arquipelágico” do que a historiografia tradicional revela. Apesar de suas dimensões continentais, a América Portuguesa era constituída por uma rede hidrográfica capilar entrecruzada com rotas terrestres, articulada com uma pluralidade de tipologias e hierarquias de centros urbanos, oficiais e não oficiais como os mocambos.

A “Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil” [1798] presta-se magistralmente ao exercício aqui proposto.

Como dissemos, a “Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil” [1798] é o primeiro mapa geral a mostrar o Brasil na sua totalidade. Trata-se de um mapa manuscrito de grande formato (199 x 202 cm), rico em detalhes, que reúne o conhecimento acumulado nos diversos mapas corográficos produzidos no século XVIII. Mostra uma América Portuguesa integrada por uma rede capilar de rios e rotas terrestres de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Ao entrelaçar fontes textuais e visuais com a carta geral do Brasil, é possível espacializar o cotidiano dos viajantes, a rede urbana, os meios de transporte, as infra-estruturas viárias, as economias, as populações e as ligações transfronteiriças. Os relatos revelam paisagens híbridas na Amazônia, no centro do Brasil e nos campos sulinos. Aqui apresentaremos exercícios que alunos do nosso grupo de pesquisa em arqueologia da paisagem estão realizando na FAU-USP. A comunicação é um convite a viajar sobre o mapa através dos relatos e imagens de naturalistas, engenheiros, governadores e práticos, tentando imaginar o desafio de viajar, a complexidade da geografia física e humana

pré-existente, a heterogeneidade das paisagens transfronteiriças ainda inexploradas pela historiografia deste ponto de vista. Viajando sobre o mapa, ao longo de rios e caminhos terrestres, explorando topônimos, a ideia é modelar a primeira carta geral do Brasil, dando-lhe vida. Para tanto, são mobilizadas ferramentas das Humanidades Digitais.

SOBRE O MAPA

O mapa foi descoberto por Iris Kantor e tem sido objeto de pesquisa conjunta, com resultados parciais apresentados no *ISHMap Symposium 2020*, promovido pela *The International Society for the History of the Map*.

Iris Kantor está particularmente interessada na dimensão política do artefato. Para mim, a dimensão material e a possibilidade arqueológica de escavar a lógica da mobilidade no mapa são particularmente interessantes.

Figura 2: *Carta Geographica de Projecção Espherica Ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil [1798]*



Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército, Lisboa – Portugal.

Foi uma peça cartográfica de gabinete encomendada pelo Ministro do Ultramar, D. Rodrigo Sousa Coutinho, resultante da redução de um conjunto de mapas corográficos a uma escala geográfica, mostrando assim a América Portuguesa como um todo pela primeira vez. Como artefato político, o mapa tornou empírico o princípio do *uti possidetis*. Lido em sua dimensão retórica, o mapa destaca as fronteiras fluviais interimperiais ocupadas por cidades e fortalezas portuguesas, mas também destaca uma rede capilar de rios e rotas terrestres que integravam um Brasil urbano de norte a sul e de leste a oeste.

Fruto de muitas mãos, o astrônomo Ant3nio Pires da Silva Pontes Leme, em 1798, foi encarregado de coordenar uma tarefa hercúlea de sintetizar vários mapas em uma gigantesca carta geográfica capaz de mostrar a América portuguesa como um todo, enfatizando as fronteiras projetadas e as ideologias geográficas em franca disputa e debate diplomático.

SOBRE A METODOLOGIA: A ARQUITETURA VISUAL DOS MAPAS

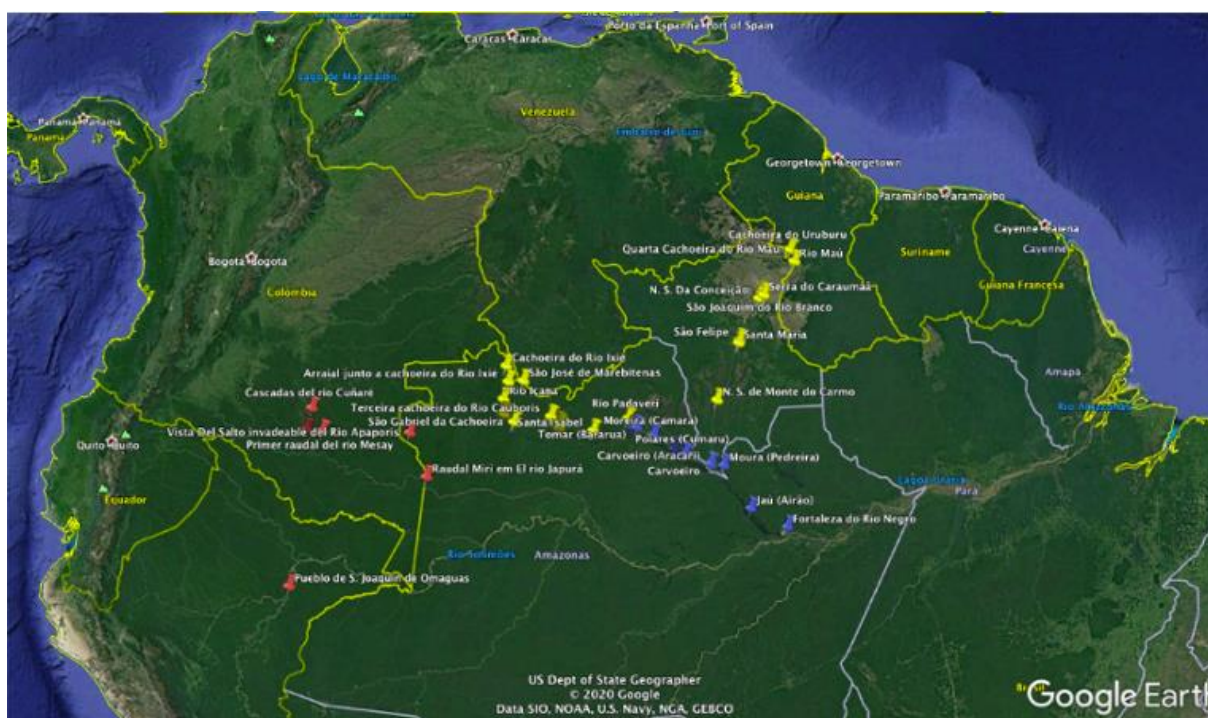
Com base em meu livro *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares 1500-1822* (Bueno, 2011), exploramos a arquitetura visual do desenho cartográfico, interpretando os códigos e convenções de representação à luz dos relatos de viagem aqui utilizados para trazê-los à vida, imaginando-os em movimento, em performance na vida cotidiana do século XVIII. Da mesma forma, as fronteiras políticas serão questionadas, mostrando-as mais porosas à luz de uma vida cotidiana que subverteu a lógica imposta pelo colonialismo. A decodificação de convenções e códigos de representação é feita com base nos tratados da época, como *O modo o mais fácil de fazer as cartas geográficas* (1722) e *O Engenheiro Portuguez* (1728/1729) de Manoel de Azevedo Fortes (Bueno, 2004). Desse modo, observa-se uma paisagem humana híbrida nas fronteiras políticas e no coração do Brasil.

EXERCÍCIO 1: AMAZÔNIA TRANSFRONTEIRIÇA - A EXPEDIÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FEIRREIRA (1783-1792):

Vamos começar com a Amazônia. No norte do Brasil, temos o privilégio de imaginar as características materiais da rede urbana estabelecida pelos portugueses na bacia amazônica por meio dos relatos da Viagem Filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1782-1793), cujos diários, mapas e prospectos fazem parte da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da Biblioteca de Coimbra e da Coleção do Museu Bocage, em Lisboa.

Para entrecruzar diferentes fontes, nosso orientando de mestrado Pedro Hungria Cabral (Cabral, 2023) criou um banco de dados georreferenciado no Google Earth.

Figura 3: Georreferenciamento realizado por Pedro Hungria Cabral.



Fonte: Cabral, 2023.

Por coincidência, os desenhistas responsáveis pela Primeira Carta Geral do Brasil em 1798 - Joaquim Freire e José Codina - foram os mesmos que, anos antes (em 1782-1793), fizeram parte da Viagem Filosófica, a mando do mesmo Ministério Ultramarino.

Na bacia amazônica, o mapa e os relatos coincidem em detalhes, retratando o cotidiano da viagem, a cultura material dos núcleos urbanos, as infraestruturas implantadas pelo colonialismo, as economias predominantes, a fauna e a flora, os povos indígenas, dando assim a medida da presença lusitana nessas paragens. Como se constata, com exceção de Belém, capital de perfil monumental e construída segundo padrões lusitanos, os demais núcleos urbanos eram modestos.

Pedro Hungria Cabral demonstra a regionalização geográfica das ordens religiosas na paisagem amazônica, com grandes fazendas produzindo as mais diversas economias, e presença expressiva das mesmas nos centros urbanos.

A ilha de Marajó foi ocupada por várias ordens religiosas missionárias: Mercedários e Franciscanos possuíam grandes fazendas. Apenas para exemplificar a diversidade étnica e social na Bacia Amazônica, as nações indígenas preexistentes na Ilha de Marajó eram: Aroans, Mucoans, Ingaíbas, Mariapans, Cariponás.

Os centros urbanos de *status* variado preservaram os modos de vida nativos em meio a algumas expressões do colonialismo, como igrejas, casas de câmara e cadeia e pelourinhos. Os prédios institucionais e religiosos cobertos de telhas se destacam entre as casas de madeira e os telhados de palha no padrão indígena.

Nota-se a mistura de nomes lusitanos com topônimos indígenas - Monforte, Cametá, Barcelos (1757), Lugar de Moreira, Tomar, Lugar de Lamalonga, Santa Izabel, São Gabriel da Cachoeira, Fortaleza de São José de Marabitenas, Macapá (1752), Chaves (1758), Santarém (1754), Monte Alegre (1758), Alenquer (1758), Óbidos (1758), Faro (1758), Maracoatiara (1759), Ega (1759), Olivença (1759), São José do Javari (1759). Os assentamentos eram habitados, em sua maioria, por povos indígenas - com casas de madeira e telhados de palha feitos à maneira nativa.

A arquitetura das aldeias amazônicas é inspirada nos povos indígenas. Por outro lado, a arquitetura portuguesa está aclimatada aos materiais, técnicas e sistemas de construção disponíveis, especialmente a taipa de pilão ou pau a pique. A arquitetura híbrida marca a paisagem dos modestos centros de assentamento da Amazônia.

A rede de vilas e fortalezas fundadas na Bacia Amazônica em um curto período de tempo representa a força do planejamento estratégico da época... Lida em conjunto e espacializada na Nova Lusitânia e no Google Earth, fica clara a rede urbana que garantiu a interiorização de 2.400 km do rio Amazonas, lembrando que a Linha de Tordesilhas passava pela ilha de Marajó.

No entanto, as vistas desenhadas por Freire e Codina, intercaladas com os relatos e diários da viagem, mostram que a malha urbana era frágil, em grande parte herdada das ordens religiosas e predominantemente habitada por indígenas.

Outra expedição complementa a interiorização do colonialismo português em solos ameríndios e castelhanos.

A expedição científica conjunta de demarcação realizada por portugueses e castelhanos entre 1781-1782, sob a coordenação dos engenheiros militares Francisco Requena y Herrera e Teodósio Constantino Chermont, cobriu e interiorizou as fronteiras lusitanas por mais 400 km até as margens dos rios Japura e Javari (Bueno, 2012).

Localizadas na Biblioteca Oliveira Lima da Universidade Católica da América, em Washington DC, as 10 (dez) aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera mostram a rede urbana na fronteira Brasil-Colômbia-Peru-Ecuador.

Elas fazem parte de uma coleção maior, espalhada em vários arquivos, envolvendo mapas, planos, desenhos, diários, extratos e memórias. Oito mapas pertencem à Divisão de Mapas da Biblioteca do Congresso, Washington DC.

Espacializadas no Google Earth (em vermelho, acima), elas revelam toda a área tomada pelos portugueses dos vice-reinados de Lima e Santa Fé (Peru e Colômbia, respectivamente), a partir

de Ega (Tefé), um ponto estratégico na Bacia Amazônica onde desembocavam três gigantescos cursos d'água (o Amazonas do Peru, o Japurá e o Rio Negro).

Em teoria, isso significava mais território; na prática, significava salvar 2.400 km de acesso exclusivo ao Oceano Atlântico. A perda de grande parte do rio Amazonas pelos espanhóis não foi apenas uma questão de abrir mão de um território abstrato, mas de entregar aos portugueses a rota mais fácil para a Europa, muito melhor do que a rota inversa, via rio Napo-Quito e de lá para Lima.

EXERCÍCIO 2: O SERTÃO DE MAR A MAR

O coração do Brasil também foi o alvo de nossa pesquisa. Em parceria com nossa orientanda de doutorado, Nádia Mendes de Moura, cruzamos os diários de viagem dos governadores Barão de Mossâmedes (1772) e Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772), destinados respectivamente às capitanias de Goiás e Mato Grosso, e pudemos imaginar as rotas que alinhavam o Rio de Janeiro a Vila Boa (capital de Goiás) e de lá a Vila Bela (capital de Mato Grosso).

Os governadores deixaram dois meticulosos diários de viagem e Pereira e Cáceres fez um mapa com a rota percorrida, a rede de topônimos, nomeando rios e centros urbanos de status e hierarquias variadas.

Espacializamos o cotidiano da viagem do Rio de Janeiro a Goiás e Mato Grosso na Carta Geral do Brasil.

O tempo de viagem também é surpreendente e as distâncias continentais percorridas no lombo de mulas e em canoas, em uma articulação intermodal típica do interior do Brasil.

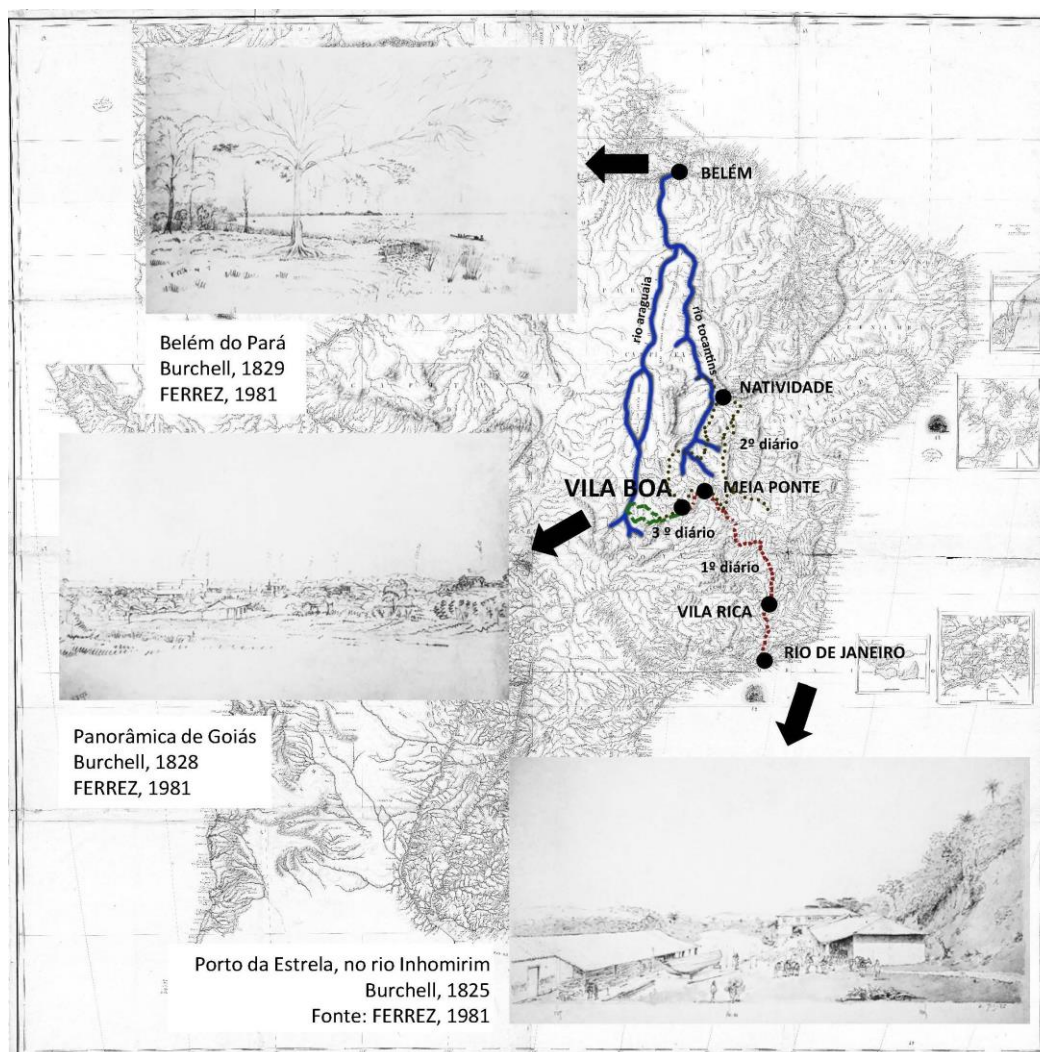
No coração do Brasil, predominava uma população mestiça e transfronteiriça.

Os diários revelam a rede urbana e uma população majoritariamente parda (mestiça), devido à diáspora africana no local em decorrência da economia predominante de mineração de ouro.

Por outro lado, as aquarelas pintadas pelo naturalista inglês William John Burchell alguns anos depois (1825-1829) nos permitem espacializar na Carta Geral do Brasil as rotas terrestres de São Paulo a Natividade e, de lá, navegando pelo rio Tocantins até Cametá e Belém, no Pará.

O coração do Brasil também pulsava com uma rede urbana que se estendia de norte a sul, oeste e leste, como uma espécie de roldana macroterritorial.

Figura 4: Espacialização dos diários e mapas das viagens dos governadores Barão de Mossâmedes e Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres, entrecruzados às aquarelas de W. J. Burchell.



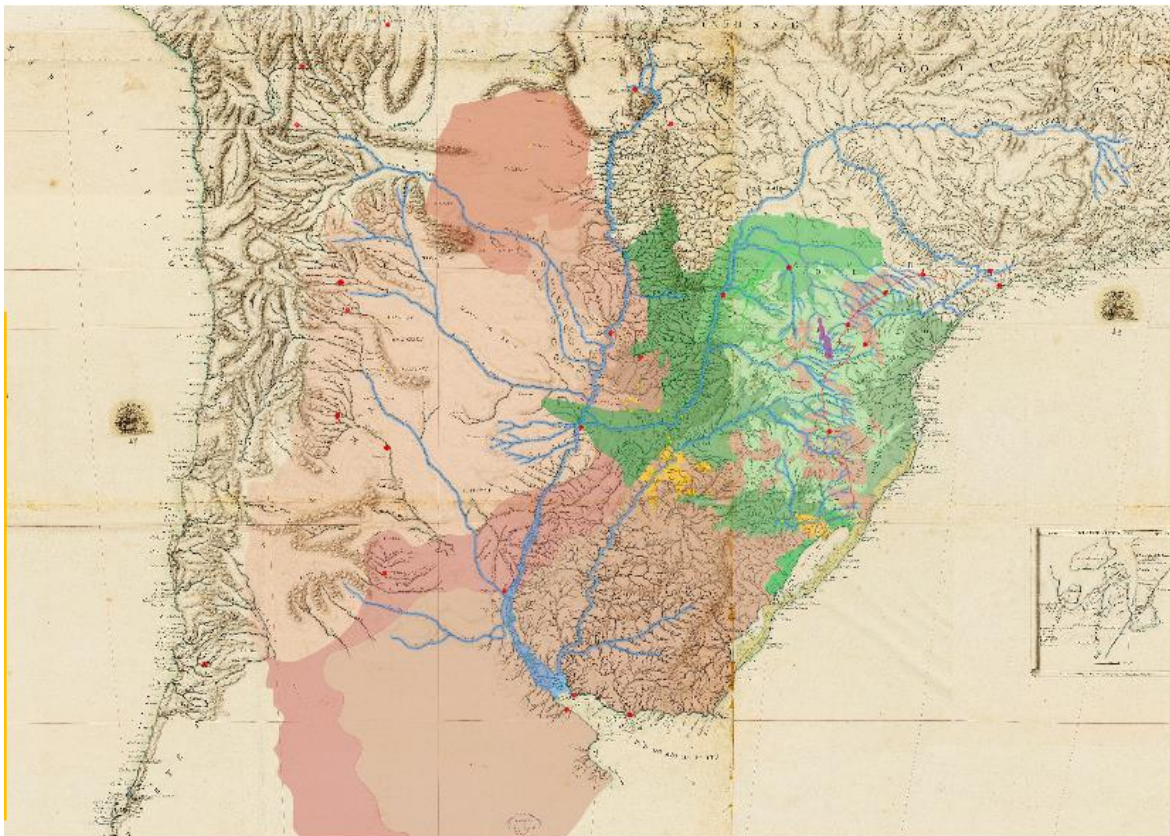
Fonte: Bueno e Moura, 2023.

EXERCÍCIO 3: DE MATO GROSSO/GOIÁS PARA OS CAMPOS DO SUL

De Goiás, havia duas maneiras de ir para o sul. Era possível navegar de Mato Grosso a Buenos Aires pelo rio Paraguai. De São Paulo (outro tipo de roldana macroterritorial), via vila de Sorocaba, era possível acessar Viamão-Porto Alegre (1.500 km) e a Colônia do Sacramento percorrendo 1.700 km pelo chamado Caminho do Viamão.

Essa era uma rota terrestre, percorrida no lombo de mulas, por onde viajava a maioria das mulas criadas nos pampas do sul e nas fazendas de Córdoba nas províncias da Bacia do Prata (hoje Argentina e Uruguai), cruzando fronteiras interimperiais e revelando, assim, um Brasil articulado de norte a sul.

Figura 5: Espacialização dos biomas mata atlântica (em verde) e pampas (em ocre) e do Caminho do Viamão (em vermelho).



Fonte: Bueno, 2021.

Os diários de viagem de práticos que percorreram a rota de Viamão em 1745 e 1773 revelam as dificuldades de atravessar rios, a nado ou em barcos, bem como as dificuldades de atravessar florestas e barrancos, usando pontes simples de madeira.

Ao longo dos campos, a estrada real era cercada por muros de pedra para evitar que o gado se espalhasse.

A viagem era feita de fevereiro a fevereiro, durante 12 meses na estação seca, e as tropas de mulas eram vendidas na feira de Sorocaba para o resto do Brasil em abril.

A rede urbana destacada em vermelho envolvia centros modestos de população mestiça - portugueses açorianos, escravizados africanos e indígenas de várias etnias do sul.

CONCLUSÃO

Assim como na Bacia Amazônica e no coração do Brasil, as paisagens culturais do Sul envolvem vários estados brasileiros e vários países do atual continente americano, merecendo igualmente estudos e políticas de preservação transfronteiriços.

No final do século XVIII, a presença do colonialismo ibérico no Brasil estava mais internalizada e a rede urbana mais entrelaçada do que parecia à primeira vista, algo que geralmente escapa à historiografia, que carece de uma visão menos regionalizada.

Da mesma forma, as fronteiras políticas entre a América Portuguesa e a América Espanhola são mais porosas, gerando zonas de contato com perfil híbrido que também carecem da atenção de uma historiografia ibero-americana ainda também muito regionalizada.

O problema do regionalismo historiográfico merece ser objeto de discussão neste seminário.

Esse, a meu ver, é a importância do 18º SHCU: ampliar o debate e mitigar os regionalismos historiográficos.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII : as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2011.

BUENO, Beatriz P. S. **A arquitetura das fronteiras do Brasil: duas faces de um mesmo problema**. Vitruvius. Ano 13, set. 2012.

BUENO, Beatriz P. S.; KANTOR, Iris. **The New Lusitania Geographical Map (1797) and the representation of urban and commercial networks**. ISHMAP 2020 Symposium, June 12-13, 2020.

BUENO, Beatriz P. S.; BARRETO, Alice P.; DIAS, Guilherme S. **Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Vol. 29, 2021.

BUENO, Beatriz P. S.; CABRAL, Pedro Hungria; CARVALHO, Marcio Rodrigo Côelho de. **Pensar con los ojos: a Amazônia urbana no Século das Luzes, algumas pinceladas**. Terra Brasilis, 14, 2020.

BUENO, Beatriz P. S.; MOURA, Nádia M. de. Os diários do Barão de Mossâmedes e a cartografia coeva. In: BARBO, Lenora de Castro; CURADO, João Guilherme da Trindade (Org.). **Goiás +300: reflexão e ressignificação**. Goiânia: Edições Goiás, 2023, v. IV, p. 101-128.

CABRAL, Pedro Hungria. **Imagens dos povoados e vilas do interior do Brasil na iconografia e relatos da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)**. Dissertação (Mestrado) – FAU-USP. São Paulo, 2023.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la Historia de la Cartografía**. Cidade do México – DF: Fondo de Cultura Economica, 2005.

REIS, Nestor G. **As Minas de Ouro e a Formação das Capitanias do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.